

Finanças & Controle

Informativo da Carreira de Finanças e Controle



PEC 287/2016

Unacon Sindical coordena mobilização por mudanças no projeto

Admissibilidade da matéria foi aprovada pela CCJC da Câmara no dia 15 de dezembro. Ação de enfrentamento é conduzida pelo Fonacate

CONQUISTA

Pela primeira vez, servidor da carreira assume a Secretaria-Executiva da CGU

SEMINÁRIO

Fonacate aponta fortalecimento das carreiras como solução para estancar desvios

10 MEDIDAS

Sindicato atuou pela melhoria do PL 4850/2016 desde a instalação da comissão especial

Diretoria Executiva Nacional

Rudinei Marques

Presidente

Márcia Uchôa

Vice-Presidente

Daniel Lara

Secretário Executivo

Filipe Leão

Diretor de Finanças

Roberto Kodama

Diretor de Assuntos Jurídicos

Estevam Henrique Silveira Barbosa

Diretor de Filiados

Júlio Possas

Diretor de Comunicação Social

Conselho Fiscal Nacional

(Efetivos) João Wagney Pereira dos Santos - Laura Márcia de Souza Lima Safi - Maria da Conceição Geraldo (Suplentes) José Osmar Monte Rocha - Jari Bellaver Monteiro

Conselho de Ética Nacional

Gilberto Ricardi

Delegados Sindicais do Distrito Federal

Aristides Costa - Arivaldo Pereira Sampaio - Frederico Carlos Janz- Godofredo da Silva Neto - José Marcos dos Santos - Manoel Messias de Jesus - Patricia Gebrim - Zeles de Oliveira Flor

Delegados Sindicais nos Estados

Abelardo Jorge Lessa Lopes - PE, Adalto Erdmann de Almeida - PR, Ademar da Câmara Junior - TO, Adelson Vilhena Neves - AP, Alex Gomes da Silva - AM, Ana Maria Balthar Pinto Machado - RJ, Julia Oliveira - PB, Antônio Edilberto Araújo Barreto - CE, Antônio José das Silva - RN, Antônio Roberto da Silva - SC, Armando Gonçalves de Carvalho - MA, Carlos Gil Lopes Rodrigues - RJ, Carlos Renato Corrêa Leite - RS, Celso Duarte de Sousa Junior - RR, Edilson Rodrigues Vidal - AC, Euripedes Rodrigues de Andrade Filho - PI, Ícaro de Almeida Fernandes - MT, Jaci Fernandes Sobrinho - GO, Jefferson Medeiros dos Santos - PA, João Augusto Calzado Gomes - RO, Luiz Roberto de Melo Machado - MS, Marcos Antonio Ferreira Calixto - AL, Reonauto da Silva Souza Júnior - SE, Romualdo Anselmo dos Santos - BA, Sergio Takayuki Takibayashi - SP, Tiago Lopes Teixeira - MG, Wander Francisco Coelho de Freitas - ES

Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical

Jornalista Responsável: Nayara Young (9.397/DF)

Textos: Nayara Young e Juliana Martins (11.120/DF)

Capa, arte e diagramação: Marcelo Rubartelly

Fotos: Nayara Young, Juliana Martins, Vivian Danielle e Aurélio Pereira

Tiragem: 4.500 exemplares

Unacon Sindical

CLN 110, Bloco C, Loja 69/79 - Brasília-DF

CEP: 70753-530

Fone: (61) 2107-5000

E-mail: unacon@unacon.org.br



4

CGU em foco

"Temos que reforçar nossa unidade e intensificar a luta por um país melhor"



5

STN em foco

Olimpíada de Matemática premia talento dos servidores do Tesouro



6

CDS 2º/2016

Pela primeira vez, servidor de carreira assume a Secretaria-Executiva da CGU



8

PEC 287/2016

Unacon Sindical coordena mobilização por mudanças no projeto



10

PEC 287/2016

O que não te contaram sobre a Reforma da Previdência



12

10 Medidas

Sindicato atuou pela melhoria do PL 4850/2016 desde a instalação da comissão especial



13

Entrevista

Audidores falam sobre obra "Como Combater a Corrupção em Licitações - Detecção e Prevenção de Fraudes"



14

Planejamento

Entidades debatem pautas de interesse do funcionalismo com a SEGRT



16

Seminário

Fonacate aponta fortalecimento das carreiras como solução para estancar desvios



17

Extrateto

Senado aprova projetos para barrar pagamento de verbas remuneratórias acima do teto



18

Reinvente

CGU lança programa de acompanhamento institucional para aposentadoria



19

Notas

Festa de fim de ano do DF foi inspirada em Van Gogh



Retrocesso social e privilégios

A Proposta de Emenda Constitucional 287/2016, da reforma da previdência, aliada com a EC 95/2016, do teto de gastos, poderá implicar em retrocessos sociais sem precedentes e inviabilizar a prestação dos serviços públicos adequados nas próximas décadas.

Em primeiro lugar, as propostas foram concebidas sem uma ampla discussão. Além disso, apesar de ser um país rico, o Brasil conta com uma parcela expressiva da população dependente dos serviços públicos e programas sociais.

Ambas as reformas impõem menos investimentos em áreas como saúde, educação, assistência e previdência, reduzindo o Estado e prejudicando aqueles que mais necessitam de serviços públicos.

Ainda que as medidas tenham por objetivo conter o avanço da dívida pública, que atualmente atinge patamar exorbitante em relação ao PIB, não atacam os segmentos privilegiados do país.

Ao contrário, estes setores serão preservados e não dividirão a conta do ajuste fiscal. Em suma, enquanto a sociedade e os servidores públicos enfrentarão décadas de restrição, as grandes fortunas e a especulação financeira seguirão amealhando capital e faturando com uma das maiores taxas de juros do planeta.

O ano de 2016 entrará para a história em suas muitas vicissitudes, no campo político, econômico e social. Neste momento, resta-nos olhá-lo com desprendimento e lutar para que um novo ciclo possa ser aberto. Unidos construiremos um país mais justo e melhor em 2017. Ademais, gostaria de desejar a todos muita paz, saúde e fraternidade. Ótimas festas!

Boa leitura!

Rudinei Marques,
presidente do Unacon Sindical

Ainda que as medidas tenham por objetivo conter o avanço da dívida pública, que atualmente atinge patamar exorbitante em relação ao PIB, não atacam os segmentos privilegiados do país.



na mídia

CORREIO BRAZILIENSE

10 de dezembro

Insatisfação dos servidores com a proposta de reforma da Previdência ganha destaque na imprensa. "Vamos preparar emendas ao projeto e definir formas de reação", declarou Marques

AGÊNCIA SENADO

6 de dezembro

Marques defende a fixação de um teto rígido para a remuneração de servidores públicos: "Não dá para aceitar salários estratosféricos"

AGÊNCIA CÂMARA

8 de novembro

Audiência Pública para debater as pautas do funcionalismo público para 2017 ganha destaque no portal. "Não podemos ser penalizados com congelamentos de salários", afirmou Marques, ao criticar a PEC 55/2016

BLOG DO SERVIDOR- CORREIO BRAZILIENSE

13 de dezembro

Portal divulga articulação das carreiras de Estado contra a PEC 287/2016. "Acreditamos firmemente que a união dos trabalhadores poderá derrubar essa proposta deplorável", declarou Marques

BLOG DO SERVIDOR- CORREIO BRAZILIENSE

16 de dezembro

Portal repercute Nota Pública sobre Reforma da Previdência, assinada pelas entidades representativas das carreiras de Estado. Documento cobra um "amplo diálogo com todos os segmentos sociais envolvidos"



“Temos que reforçar nossa unidade e intensificar a luta por um país melhor”

Recado foi dado aos chefes de regionais no III Encontro dos Núcleos de Ações Especiais e reiterado no II Encontro de Dirigentes da CGU e no curso de Gestão de Riscos e Controles Internos

A Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unacon Sindical falou sobre unidade e fortalecimento institucional em três momentos diferentes, nos meses de novembro e dezembro: no II Encontro Nacional de Dirigentes da Controladoria-Geral da União (CGU); no III Encontro dos Núcleos de Ações Especiais; e no curso de Gestão de Riscos e Controles Internos, nos dias 23 de novembro, 29 de novembro e 6 de dezembro, nesta ordem. Articulação parlamentar e a análise da conjuntura política e sindical dos anos de 2015 e 2016 também entraram em pauta.

“Não podemos deixar nossa atuação esmorecer. Temos que reforçar nossa unidade e intensificar a luta por um país melhor”, disse Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, que ainda

destacou a importância do Sindicato como interlocutor das demandas da carreira com o governo e parlamentares. “O desafio é esse: ocupar o espaço político. Não é fácil, mas é um trabalho necessário que tem que ser feito diariamente”, ponderou. A título de exemplo, fez uma breve retrospectiva de ações em defesa da CGU, que tiveram início ainda em 2015. Citou as manifestações e a presença na mídia como exemplos de investimentos indispensáveis. “Por isso sempre reforçamos o apelo à filiação sindical”, considerou.

“Vencemos as tentativas de esfacelamento da CGU em 2015; mantivemos a denominação Controladoria-Geral da União; derrubamos um ministro; alteramos a nomenclatura dos cargos; e conseguimos a definição em lei de

suas atribuições, em que pese o revés do Nível Superior (NS) para ingresso no cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC). Tudo isso mostra a importância e o papel do Sindicato”, reforçou Marques. Para ele, o fortalecimento sindical deve ser bandeira permanente. “Não existe carreira forte sem um Sindicato forte”, ponderou.

Nos três encontros, o pedido de apoio dos dirigentes para avançar na defesa das prerrogativas da carreira foi repetido. Como no caso da definição das atribuições, por exemplo. Para a entidade, embora a aprovação da Lei 13327/2016 configure um passo importante, ainda é preciso avançar no sentido de fixar prerrogativas exclusivas. ●



Olimpíada de Matemática premia talento dos servidores do Tesouro

Com o apoio do Unacon Sindical, concurso chega à terceira edição. Em feito inédito, Eduardo Henrique Leitner gabaritou a prova

Resolva a questão: “No dia 1º de dezembro, um número x servidores da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) recebeu certificados de bronze, prata e ouro, pela participação na terceira Olimpíada de Matemática do Tesouro (OMTN). Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, entregou os certificados aos terceiros colocados. Sabe-se que 2 servidores conquistaram a honraria máxima da prova e 3 receberam a condecoração de prata, e que a soma dessas duas colocações representa um terço do total de premiados. Quantos certificados foram entregues por Marques?”

Simple, mas fora do comum. Este é o objetivo da OMTN: sair da rotina e

convidar os servidores a solucionarem problemas diferentes dos encontrados diariamente. Para a organizadora, Kellem Santos, o contato mais próximo com as questões de lógica e de matemática ajudam a melhorar o desempenho em qualquer outra área. Ela conta que, atualmente, também organiza a Olimpíada de Matemática da Agência Nacional de Aviação (Anac) e criou a categoria nos jogos internos do Banco Central, onde é servidora.

“Meu sonho é organizar uma grande competição de matemática em todo o Serviço Público”, revela Kellem.

Nesta edição, o Auditor Federal de Finanças e Controle (AFFC) Eduardo Henrique Leitner gabaritou a prova. O feito, inédito, garantiu a ele a primeira colocação. O também AFFC Daniel Klug Nogueira ficou com o segundo lugar na categoria ouro. Vanessa Piauilino, Roberto Luttner



Eduardo Leitner

ouro 2016
ouro 2014



Daniel Klug

ouro 2016
ouro 2015



Vanessa Piauilino

ouro 2015
ouro 2014

e Pedro Padilha dividiram o pódio da categoria prata.

A Olimpíada de Matemática integra o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do Tesouro. Conheça mais sobre essa iniciativa na edição XIX do informativo Finanças & Controle. ●



Pela primeira vez, servidor de carreira assume a Secretaria-Executiva da CGU

A convite da Diretoria Executiva Nacional (DEN), Wagner de Campos Rosário participou da reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS), no mês de novembro

Pela primeira vez um servidor da carreira de Finanças e Controle assume a Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União (CGU). Com mestrado pela Universidade de Salamanca, na Espanha, Wagner de Campos Rosário é Auditor Federal de Finanças e Controle

(AFFC) há sete anos. O secretário-executivo (SE) substituiu Carlos Higino no dia 4 de agosto. A convite do Sindicato, Wagner participou da segunda edição do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) de 2016. O encontro foi realizado em Alagoas, entre os dias 2 e 4 de novembro.

Ao colegiado, o novo secretário apresentou uma visão geral de questões sensíveis ao órgão e ainda dedicou atenção especial à análise da situação dos Técnicos Federais de Finanças e Controle (TFFC). Abordou, também, a Lei 13328/2016, no tocante à lotação de servidores da carreira de Finanças e Controle no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Densus).

“Parabenizo a atuação do Sindicato pela dedicação às pautas que vêm tocando e quanto às conquistas que vêm alcançando”, elogiou Wagner, que agradeceu a oportunidade de poder conversar com os delegados sindicais de todo o país.

Para Wagner, a regulamentação das atribuições dos cargos dará mais segurança para o desenvolvimento das atividades do órgão. Ele comunicou ter solicitado aos secretários da CGU um levantamento de funções específicas de suas respectivas áreas. A intenção é identificar, a partir do documento, atividades de execução e de auxílio à execução. Esclareceu que diante da restrição fiscal não deve haver abertura de certame em 2017,

Parabenizo a atuação do Sindicato pela dedicação às pautas que vêm tocando e quanto às conquistas que vêm alcançando

mas afirmou que irá trabalhar para que o concurso ocorra o mais breve possível.

Para o Sindicato, o apoio do secretário será fundamental na recuperação da exigência de Nível Superior (NS) para ingresso no cargo de Técnico. "Essa pauta já foi exaustivamente debatida e contou com a aprovação de três ministros, além de ter sido objeto de termo de acordo formalizado entre o Sindicato e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão", disse Daniel Lara, secretário-executivo do Sindicato.

LICENÇA CAPACITAÇÃO

A respeito da licença capacitação, Wagner comunicou que foram garantidos os 90 dias nos casos de mestrado e doutorado. "A CGU vem buscando uma maior integração das diversas áreas, todas consideradas fundamentais ao modelo de controle adotado pela União", declarou o secretário-executivo. O assunto esteve na pauta da primeira reunião da Diretoria Executiva Nacional (DEN) com Wagner, realizada no dia 11 de agosto.

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

A reunião terminou com a aprovação do Plano Anual de Atividades (PAA) do Unacon Sindical para o exercício de 2017. Confira, ao lado, a íntegra do PAA. ●

Relembre a primeira reunião do Sindicato com Wagner de Campos Rosário, realizada no dia 11 de agosto, no QR- Code ao lado



Plano Anual de Atividades de 2017



DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA CGU/STN

- 1. Apoiar projetos de fortalecimento institucional da STN e da CGU.
- 2. Trabalhar pela aprovação de leis orgânicas da STN e da CGU e a consolidação legal de cada órgão.



PAUTA PRIORITÁRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

- 3. Participar dos debates da reforma da Previdência, buscando garantir a sustentabilidade do sistema e minimizar a perda de direitos.
- 4. Atuar pela regulamentação do artigo 247 de Constituição Federal, que trata das garantias das carreiras exclusivas de Estado.



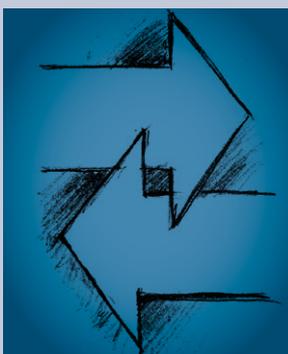
FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA CARREIRA DE FINANÇAS E CONTROLE

- 5. Revitalizar o cargo de TFFC, atuando junto às instâncias governamentais para a realização de novos concursos e para o cumprimento do Termo de Acordo nº 25/2015 (parágrafo único da cláusula quarta), referente à classificação do cargo como de nível superior.
- 6. Cobrar a realização de novos concursos para o cargo de AFFC.
- 7. Trabalhar pela manutenção da correlação remuneratória entre a carreira de Finanças e Controle e os cargos correlatos de outras carreiras de Estado.
- 8. Trabalhar pela definição, em lei, das prerrogativas exclusivas dos cargos de AFFC e TFFC.



POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

- 9. Retomar o trabalho pela regulamentação da Convenção 151/OIT (negociação coletiva, organização sindical e direito de greve no setor público).
- 10. Fortalecer o trabalho parlamentar no Congresso Nacional.
- 11. Consolidar as parcerias com as carreiras de Estado e entidades de classe do serviço público federal.
- 12. Aprimorar os mecanismos de comunicação com os filiados.
- 13. Qualificar a presença do Sindicato na mídia, em matérias de interesse corporativo e institucional.
- 14. Alterar estatuto para adequar a denominação do sindicato às novas nomenclaturas dos cargos.
- 15. Retomar o projeto Unacon Itinerante.



OUTRAS ATIVIDADES

- 16. Realizar evento alusivo aos 30 anos de criação da carreira de Finanças e Controle.
- 17. Preparar documentário alusivo à mobilização que culminou na queda do ex-ministro da CGU.
- 18. Coordenar o processo eleitoral nacional da Unacon e do Unacon Sindical, referente às eleições de 2017.
- 19. Intensificar processo de estruturação das Delegacias Sindicais.
- 20. Realizar curso de formação sindical juntamente com a primeira edição do CDS de 2017.
- 21. Aprimorar o acompanhamento e prestação de informações relativas às ações judiciais.



Sindicatos dão início à articulação contra a reforma da Previdência

O Fonacate lançou uma campanha nas redes sociais contra a reforma da previdência. Os vídeos podem ser assistidos no canal do Fórum no youtube.



Admissibilidade da PEC 287/2016 foi aprovada na madrugada do dia 15 de dezembro. Ação de enfrentamento à medida conduzida pelo Fonacate será coordenada por quatro comissões

As entidades representativas das carreiras Típicas de Estado deram início, no dia 13 de dezembro, à articulação contra a Proposta de Emenda à Constituição PEC 287/2016, enviada pelo governo ao Congresso Nacional no dia 6. O texto estabelece requisitos mais rígidos para acesso à aposentadoria, como idade mínima de 65 anos, para homens e mulheres, e tempo mínimo de contribuição de 25. A ação de enfrentamento ao pacote da reforma da Previdência, organizada pelas afiliadas ao Fonacate, será coordenada por quatro comissões:

e Mobilização. Os grupos de trabalho foram instalados já no dia 13, dois dias antes da admissibilidade da matéria ser aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados.

Coordenada pelo Unacon Sindical, a Comissão de Mobilização tem como objetivo buscar integração com as entidades de classe nos estados para promover um movimento nacional de enfrentamento. Para tanto, a Diretoria Executiva

Nacional (DEN) do Sindicato preparou uma relação completa das lideranças classistas para subsidiar o trabalho dos delegados sindicais, que darão início às mobilizações nos estados.

“É importante frisar que a articulação, embora encabeçada pelas carreiras de Estado, visa defender toda classe trabalhadora da iniciativa pública e privada. Por isso, contamos com a adesão de todos”, declara Filipe Leão, diretor do Sindicato.

Tramitação



15 de dezembro

Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou o parecer do deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) pela admissibilidade da PEC 287/2016. Nesta fase não houve discussão sobre o mérito, apenas sobre a constitucionalidade da proposta.



Fevereiro (após eleição para presidente da Câmara)

Mesa Diretora criará a Comissão Especial destinada à análise do mérito da proposta. Após a indicação dos titulares, o presidente da Câmara convocará a reunião de instalação, com eleição para presidente, vice-presidente e designação do relator.

O Unacon Sindical também participa da Comissão de Comunicação. O grupo ficou a cargo de coordenar a produção e a divulgação de uma campanha multimídia de esclarecimento sobre os prejuízos incalculáveis que a PEC 287/2016 pode gerar aos trabalhadores. O intuito é desconstruir, com a apresentação de dados e informações consistentes, os argumentos utilizados na campanha publicitária "Reformar, para não acabar" do governo Federal.

O trabalho no Congresso Nacional será desenvolvido pela a Comissão Parlamentar. As entidades que compõem este grupo irão definir uma agenda de reuniões com parlamentares e de promoção de audiências públicas para debater o tema.

Já a Comissão Técnica irá compilar os principais estudos e publicações sobre a Previdência Social para embasar a elaboração de emendas à proposta do governo, com o objetivo de suprimir os danos que podem ser causados com a aprovação do texto original da PEC 287/2016.

Rudinei Marques, presidente do Fonacate e do Unacon Sindical, destaca que a proposta prejudica igualmente a todos os trabalhadores. "Ela é ao mesmo tempo desumana, porque obriga os cidadãos a trabalharem até o limite de suas capacidades físicas e é, também, desonesta, porque distorce os números de arrecadação e de gasto com a previdência. Acreditamos firmemente que a união dos trabalhadores poderá derrubar essa PEC deplorável".

Os grupos de trabalho voltam a se reunir ao longo do mês de janeiro para sistematizar as propostas. Também ficou agendado, para o dia 31 do mesmo mês, o encontro nacional contra PEC 287/2016. ●

O que prevê a Reforma da Previdência?

IDADE MÍNIMA PARA APOSENTADORIA

65 anos para homens e mulheres

TEMPO MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO

25 anos

REGRAS DE TRANSIÇÃO

O segurado que comprovar idade igual ou superior a 45, se mulher, ou 50 anos de idade, se homem, será beneficiado com as regras de transição.

Poderá se aposentar com paridade e integralidade quando comprovar: 60 anos de idade, se homem, e 55, se mulher; 35 anos de contribuição, se homem, e 30, se mulher; 20 anos de serviço público (esse requisito não ao RGPS); e cumprir pedágio de 50% sobre o tempo que faltava para se aposentar na data da promulgação da emenda.

CÁLCULO DA APOSENTADORIA

51% da média das contribuições, observando o requisito de idade (65 anos) e 1% por cada ano de efetiva contribuição. Os 100% da média só serão alcançados se o segurado comprovar pelo menos 49 anos de contribuição.

PENSÕES

As pensões, que atualmente são integrais até o valor de R\$ 5.189,82 (teto do INSS) e, no caso dos servidores públicos, sofrem um redutor de 30% sobre a parcela que excede ao teto do INSS,

ficarão limitadas a 60% do benefício, acrescidas de 10% por dependente.

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Se decorrente de acidente de trabalho, será calculada com base em 100% da média das remunerações utilizadas como base para as contribuições.

Nos demais casos, será 51% dessa média decorrente do ensejo que deu causa à incapacidade permanente ou invalidez e 1% por cada ano de contribuição.

VEDAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Proíbe a acumulação de aposentadoria, exceto as previstas em lei, bem como, da aposentadoria com pensão ou de pensões, permitindo a opção pelo provento de maior valor.

CONTRIBUIÇÃO DE INATIVO

Extingue a isenção em dobro da contribuição do servidor inativo portador de doença incapacitante.

A legislação ordinária poderá, inclusive, aumentar a contribuição previdenciária, tanto do ativo quanto do inativo.

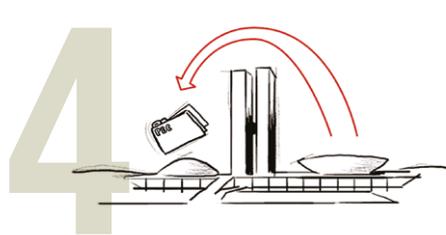
FIM DA PARIDADE E INTEGRALIDADE

A proposta prevê o fim da paridade e integralidade para todos os servidores que não tenham direito adquirido, inclusive para aqueles que ingressaram no Serviço Público antes de 2003.

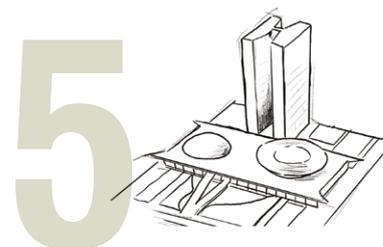
Com informações: DIAP



A Comissão Especial terá o prazo de até 40 sessões do Plenário para votar a proposta. Nas 10 primeiras, será possível a apresentação de emendas. Se aprovada, a PEC segue para votação no Plenário, onde precisa ser aprovada em dois turnos, com intervalo de cinco sessões entre um e outro, por 308 deputados (3/5 do total).



Se aprovada, segue para o Senado Federal, onde será analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e depois pelo Plenário, onde precisa ser, novamente, aprovada em dois turnos por 49 senadores (3/5).



Se o Senado aprovar o texto como recebeu da Câmara, a emenda à Constituição é promulgada. Se o texto for alterado, volta para Câmara, onde será votado novamente.



Por: Marcelo Perrucci

Auditor Federal de Finanças e Controle e presidente do Conselho Fiscal da FUNPRESF

O que não te contaram sobre a Reforma da Previdência

Muito já foi dito sobre a reforma da previdência. De um lado, defensores da reforma apontam o déficit da previdência como motivo determinante. Do outro, especialistas apontam que essa conta desconsidera as demais fontes de recursos do Orçamento de Seguridade Social, bem como as renúncias fiscais do governo.

O que me motivou a escrever esse artigo, contudo, foi um gráfico que consta na exposição de motivos da PEC 287/16 (pag. 17). Para justificar a escolha cabalística do número 65 como idade para aposentadoria, Meirelles apresenta o gráfico (figura 1) elaborado com dados da OCDE (2012).

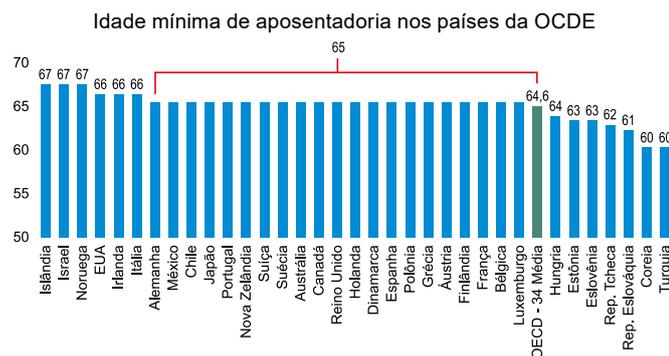


Figura 1. Fonte: Exposição de Motivos PEC 287/16. Dados da OCDE 2012.

Analisando o gráfico, vemos que, de fato, a grande maioria dos países da OCDE utilizam como idade mínima para aposentadoria a idade de 65 anos (há dados incorretos no gráfico, como o fato de que, no Japão, a idade mínima para aposentadoria está subindo 4 meses por ano e só vai chegar em 65 no ano de 2025 — sim, daqui a nove anos — para saber mais sobre o tema, vide informações no box ao final do artigo).

O que Meirelles deixa de fora da exposição de motivo são outras informações sobre esse outro grupo de países. Eu não vou entrar em diferenças socioeconômicas, distribuição de renda, custo de vida etc. Quando se fala de idade mínima de aposentadoria, a primeira coisa que me vem na cabeça é expectativa de vida. Ou seja, quantos anos, em média, as pessoas ficam aposentadas antes de morrer? Quantos anos, em média, um indivíduo poderá desfrutar de sua aposentadoria, depois de ter passado uma vida trabalhando e contribuindo para a previdência?

Para analisar isso, levantei os dados da Organização Mundial da Saúde/ONU sobre expectativa de vida nos países do gráfico acima que tem a idade mínima para aposentadoria de 65 anos. Vejamos então qual é a expectativa de vida em cada um desses países, comparando com dados do Brasil, Eslováquia e Turquia (onde as pessoas se aposentam com menos de 65 anos):



Figura 2. Fonte: OMS/ONU. Elaborado pelo Autor.

Vemos que a expectativa de vida média dos países que delimitaram em 65 anos o corte para a aposentadoria é de 81,2 anos, versus a expectativa de vida de 75 anos no Brasil.

Ou seja, indivíduos desses países deverão viver 6,2 anos a mais do que um cidadão brasileiro. Será que ainda faz sentido igualar a idade de aposentadoria para a média deles?

Percebam que na Turquia, a expectativa de vida não chega aos 76 anos e na Eslováquia não chega aos 77. As idades mínimas de aposentadoria nesses países é de, respectivamente, 60 e 62 anos. Expectativas de vida menor, idade mínima para aposentadoria menor. Isso faz sentido, não faz? Aparentemente, não para o governo.

A situação fica mais complicada quando aplicamos o fator HALE (Health Adjusted Life Expectancy ou Expectativa de Vida Ajustada pela Saúde, em tradução livre). O fator HALE é uma conta complexa que abate proporcionalmente da expectativa de vida doenças ou limitações de saúde dos indivíduos.

Imaginemos um caso de um indivíduo que tenha Alzheimer aos 76 anos e passe os próximos 6 anos sendo gradativamente afetado pela doença. Apesar de o indivíduo ter sobrevivido até a idade de 82 anos, esses últimos anos de sua vida foram cada vez menos aproveitados, por conta da doença. Da mesma forma, alguns indivíduos perdem gradativamente a visão com a velhice. Apesar de importante, contudo, sem a visão é possível ter uma vida bastante agradável, caso o resto da saúde esteja em dia. Dessa forma, o cálculo HALE atribui um peso maior a doenças mais debilitantes, enquanto que impedimentos menores influenciam menos na expectativa de vida.

De uma maneira resumida, podemos entender a tabela a seguir como a expectativa de vida com saúde por país. Os dados também são da OMS/ONU. A faixa vermelha representa a idade de aposentadoria sugerida pelo governo de 65 anos.

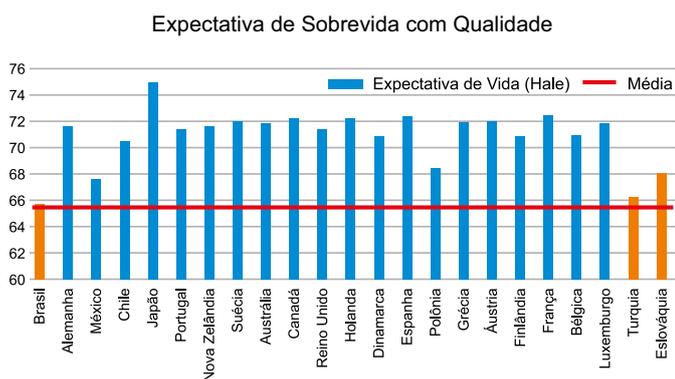


Figura 3. Fonte: OMS/ONU. Elaborado pelo Autor.

O que esse gráfico evidencia é um triste futuro que ou não foi considerado na hora da definição dessa idade mínima ou foi seletivamente ignorado.

Vemos que nos países escolhidos como modelo a expectativa de vida com saúde (HALE) é sempre maior do que a idade de aposentadoria. Na média, temos que nesses países um indivíduo ainda terá 6,5 anos com saúde para aproveitar sua aposentadoria antes de ser acometido por alguma doença ou impedimento. No Brasil, na média, um indivíduo teria 6 meses. Isso mesmo, 6 anos lá, 6 meses aqui.

Essa constatação é tão absurda que merece mais um gráfico para mostrar o tamanho do erro ao comparar o Brasil com esses países. Lembrando que para Turquia e Eslováquia, o corte de 65 anos no gráfico acima não ocorre, o corte ocorre em 60 e 62 anos. Com isso, temos a seguinte quantidade de anos com saúde após a aposentadoria, por país:

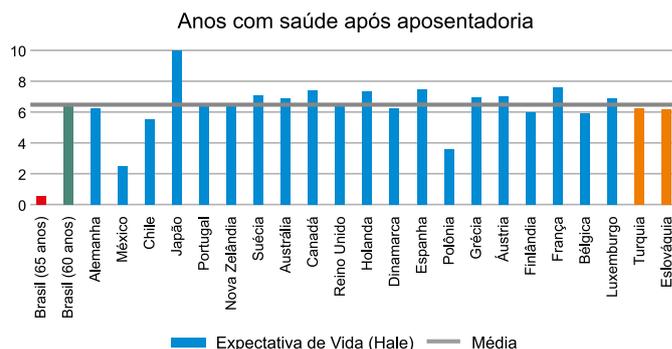


Figura 4. Fonte: OMS/ONU. Elaborado pelo Autor.

O gráfico mostra claramente que o Brasil com uma idade de aposentadoria de 60 anos está na média de uma sobrevida com saúde após a aposentadoria. Da mesma forma, a Turquia e a Eslováquia também parecem manter relação entre a expectativa de vida de suas populações e suas idades de aposentadoria. Reparem nos míseros seis meses do Brasil, caso aprovada a nova idade mínima de 65 anos, representados por um pontinho vermelho no gráfico.

Isso significa que a PEC 287/16 tem o potencial de transformar o Brasil no pior país, dentre os analisados, para se aposentar. Em outras palavras: muitos brasileiros sequer irão se aposentar, enquanto outros irão se aposentar nas beiras de problemas sérios de saúde que os deixarão incapacitados de ter uma vida plena até morrerem.

Ainda dá tempo, contudo, de impedir essa realidade. A PEC 287/16 está tramitando pelo Congresso Nacional. Para ser aprovada, deve obter votos favoráveis de três quintos dos senadores e deputados, com duas sessões em cada casa. Com alguma sorte, e muita pressão popular, talvez nossos congressistas deem ao assunto a importância que ele merece, analisando todas as facetas da questão antes de tomar uma decisão precipitada. ●

Para saber mais acesse:



The Japan Times
Mandatory retirement takes a leap forward



Trading Economics
Japan Retirement Age - Men

Sindicato atuou pela melhoria do PL 4850/2016 desde a instalação da comissão especial

Sugestões de aprimoramento à matéria foram apresentadas ao presidente da comissão em dois momentos. Articulação também foi realizada com o relator do projeto e o presidente da Câmara

O Unacon Sindical propôs melhorias projeto das "10 Medidas Contra a Corrupção" desde a instalação, no dia 13 de julho, da comissão especial designada para analisar o Projeto de Lei, PL 4850/2016. Já nesse dia, a Diretoria Executiva Nacional (DEN) esteve com o presidente da comissão, deputado federal Joaquim Passarinho (PSD-PA), e apresentou sugestões de aprimoramento da matéria como, por exemplo, o controle preventivo e concomitante. Na mesma semana, no dia 19 de julho, Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, se reuniu com Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, quando externou preocupação com o projeto, em especial o teste de integridade.

As sugestões foram reiteradas durante audiência pública da comissão no dia 15 de agosto. Compondo a mesa de debates, o presidente do Sindicato voltou a propor mudanças no texto.

O fortalecimento das carreiras Típicas de Estado bem como fortalecimento institucional dos órgãos ligados à transparência governamental, à prevenção e ao combate à corrupção, à inteligência de Estado, à segurança pública e todos aqueles que desempenham funções estratégicas para o Estado brasileiro aparece entre as sugestões apresentadas por Marques. "Temos que trabalhar na consolidação constitucional das carreiras que desenvolvem atividades exclusivas de Estado e que são fundamentais nesse combate".

Quatro dias antes da aprovação do Projeto pelo Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 30 de novembro, a entidade se reuniu com o deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS), relator do PL. O encontro, mais uma vez, teve como objetivo manifestar apoio ao pacote anticorrupção sem deixar de apontar, no entanto, dispositivos passíveis de aprimoramento. ●

Entenda como ficou o texto final do PL 4850/2016

O texto aprovado na madrugada do dia 30 foi desfigurado em Plenário. Com isso, a tramitação do projeto – já encaminhado para o Senado Federal – está suspensa por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), deferida pelo ministro Luiz Fux. Segundo o ministro, há uma "multiplicidade de vícios" na tramitação.

PROVAS ILÍCITAS DE BOA-FÉ – A comissão que aprovou as "Dez Medidas" recusou a proposta de aproveitar em processos criminais provas colhidas ilegalmente. Considerou que seria muito difícil definir o que é boa-fé. A Constituição Federal não permite esse tipo de prova para proteger os cidadãos de abusos de policiais e de outras autoridades.

HABEAS CORPUS – A comissão também recusou a proposta de reduzir o alcance do habeas corpus, que é a ferramenta para pedir à Justiça liberdade de um preso. A grande maioria dos especialistas ouvidos considerou que essa medida tiraria dos cidadãos uma proteção que é garantia importante da Constituição.

CONFISCO DE BENS – O patrimônio de uma pessoa só pode ser confiscado depois da condenação. Não enquanto ela está sendo acusada e ainda não foi condenada, como previa o projeto.

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO – Para uma pessoa ser condenada, continua a ser necessário provar que o dinheiro veio de corrupção. A proposta era condenar se ela tivesse patrimônio que fosse considerado incompatível com a renda, sem necessidade de prova da origem ilegal.

PRÊMIO POR DELAÇÃO – A proposta de oferecer um prêmio em dinheiro para qualquer pessoa que denunciasse um caso de corrupção foi recusada. O prêmio seria parte do dinheiro obtido com o crime.

TESTE DE INTEGRIDADE – Um servidor público poderia receber uma oferta falsa de propina. Se aceitasse, o teste poderia ser usado como prova contra ele. Essa "pegadinha" foi recusada.

DIRIGENTES DE PARTIDOS – Serão responsabilizados somente em caso de irregularidade grave nas contas partidárias ou enriquecimento ilícito – não no caso de erros simples em formalidades.

DEFESA PRÉVIA – Uma pessoa acusada de improbidade administrativa continua tendo direito de fazer todas as etapas de defesa previstas hoje na lei.

ACORDO DE LENIÊNCIA – As regras que permitem a uma empresa continuar trabalhando para o governo depois de admitir que cometeu crimes e pagar compensações, aprovadas recentemente, continuam valendo.

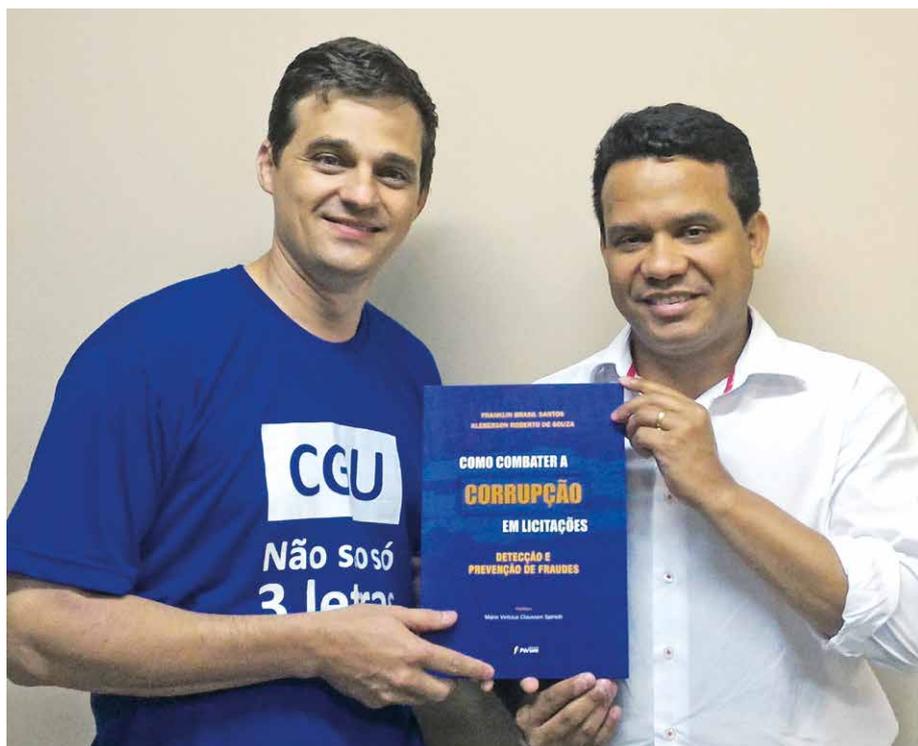
ACORDO PENAL – A proposta que permite ao acusado de um crime fazer um acordo com a acusação e terminar o processo mais rapidamente vai ser analisada junto com o projeto de reforma da legislação penal que está em estudo na Câmara dos Deputados. O mesmo vai acontecer com outras propostas.

PARTIDOS POLÍTICOS – Os partidos podem ser punidos por irregularidades, por exemplo, deixando de receber os recursos do Fundo Partidário. Mas não podem ter o funcionamento suspenso, o que seria perigoso para a democracia.

PROGRESSÃO DE PENA – A mudança de regime de pena ou a liberdade não será condicionada ao pagamento dos danos, porque existem casos em que a pessoa não ficou com o produto do crime.

PRISÃO PREVENTIVA – Uma pessoa pode ser presa antes de ser condenada caso tenha risco de fugir, ou de prejudicar as investigações, por exemplo. Essa é a regra atual. Foi recusada a possibilidade de prender uma pessoa que ainda não foi condenada para garantir a recuperação dos bens.

Fonte: Ag.Câmara



Audidores falam sobre o livro “Como Combater a Corrupção em Licitações - Detecção e Prevenção de Fraudes”

Disponível para venda no site da Editora Fórum, publicação reúne as principais metodologias e estratégias para prevenir e detectar fraudes em compras e contratações públicas

Os Auditores Federais de Finanças e Controle (AFFC) Kleber Roberto de Souza e Franklin Brasil Santos lançaram, em conjunto, o livro “Como Combater a Corrupção em Licitações - Detecção e Prevenção de Fraudes”. Disponível para venda no site da Editora Fórum, a publicação reúne as principais metodologias e estratégias para prevenir e detectar fraudes em compras e contratações públicas.

Para falar sobre o processo de escrita, inspiração e expectativas para o futuro, os autores concederam entrevista ao informativo Finanças & Controle. Confira, a seguir, os principais trechos:

F&C - De onde surgiu a ideia de escrever o livro “Como Combater a

Corrupção em Licitações - Detecção e Prevenção de Fraudes”?

R.: A ideia de escrever uma obra com esse tema surgiu da intenção de disseminar o conhecimento prático sobre detecção e prevenção de fraudes em licitação aos agentes que atuam na supervisão de compras públicas, aos compradores governamentais e à sociedade em geral, para que esses atores sejam capazes de identificar quando a fraude ocorre, como podem ser relatadas e os mecanismos práticos mais eficientes para evitar que elas ocorram.

F&C - Quanto tempo vocês dedicaram à obra?

R.: O processo de escrita levou em torno de dois anos, adaptando e sistematizando material que já vínhamos acumulando há mais de uma década.

O Franklin coleciona sentenças e acórdãos sobre fraudes e isso ajudou a exemplificar com casos reais a tipificação que criamos.

F&C - Fora os colaboradores descritos no livro, quem atuou nos bastidores? Gostariam de destacar o apoio de algum amigo?

R.: O livro é fruto da experiência vivenciada ao lado de profissionais extremamente qualificados e comprometidos com a boa e regular aplicação dos recursos públicos. Por isso, agradecemos aos auditores da CGU pela oportunidade de trabalhar em um ambiente tão estimulante. Em especial, nosso reconhecimento ao amigo Sérgio Akutagawa, que foi chefe da CGU em Mato Grosso.

F&C - Qual é o objetivo do livro?

R.: O livro apresenta as principais metodologias e estratégias que podem ser adotadas para detectar fraudes em licitações. Além disso, não queremos somente encontrar o erro e buscar a penalização e o ressarcimento, que nem sempre ocorrem com agilidade. Nosso objetivo é desenvolver um conhecimento sobre como tem que funcionar adequadamente a gestão de licitações para que a administração pública fique menos vulnerável a esse tipo de irregularidade.

F&C - Qual é a expectativa de vocês, enquanto autores, auditores e cidadãos, com a repercussão da obra?

R.: Esperamos que o tema “fraude” nas licitações deixe de ser um mito, um pecado distante que só aparece no noticiário. Falamos muito sobre corrupção, mas pouco sobre as formas práticas de detectá-la e preveni-la. Nosso livro pode ajudar a ampliar o debate e fornecer conhecimento para reduzir as oportunidades de novas fraudes.

F&C - Podemos esperar por outras publicações da dupla?

R.: Já estamos escrevendo outro livro, agora sobre como fazer gestão de riscos em aquisições, na expectativa de ajudar a reduzir outro problema tão grave quanto a corrupção: o desperdício, que acontece por falta de estruturas adequadas de governança e controles internos. Até meados do próximo ano esperamos publicar. ●



Entidades debatem pautas de interesse do funcionalismo com a SEGRT

Chiba garantiu que irá estabelecer agenda de trabalho em parceria com o Fonacate assim que a SEGRT concluir os estudos sobre negociação coletiva

O Conselho Executivo do Fórum das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) foi recebido pelo secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho no Serviço Público (SEGRT) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Augusto Akira Chiba; pelo secretário-adjunto, Fernando Siqueira Jr.; e por José Borges de Carvalho Filho, coordenador-geral de Negociação

e Relações Sindicais, no dia 23 de novembro. O encontro teve como objetivo definir agenda de trabalho conjunta para regulamentação da negociação coletiva no Serviço Público. Questões ligadas ao mandato classista de dirigentes e à regulamentação do artigo 247 da Constituição Federal, que diz respeito às garantias adicionais de estabilidade das carreiras de Estado, também entraram na pauta.

Na condição de presidente do Fórum, Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, fez um breve histórico das negociações salariais das carreiras de Estado. "Nem os servidores, nem o governo, muito menos a sociedade toleram a quantidade de greves e operações-padrão, que ocorrem devido à ausência de regulamentação da ne-

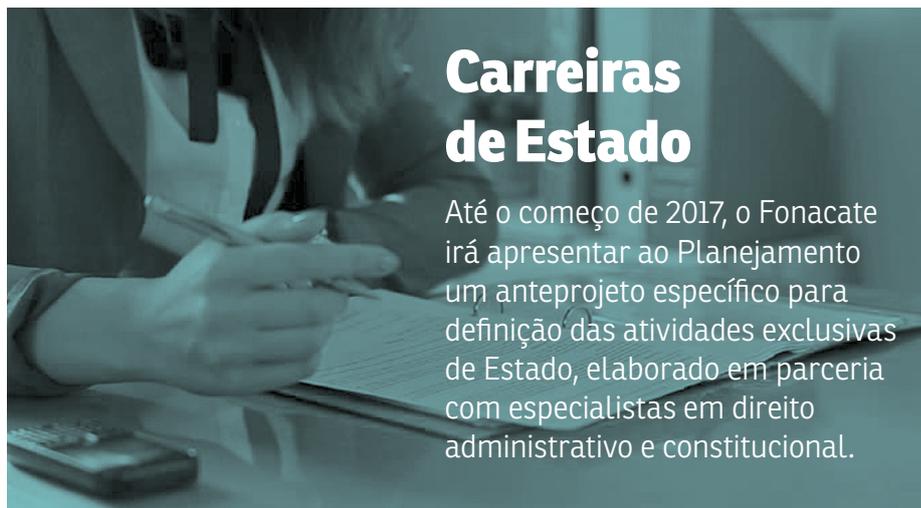
gociação coletiva". A título de exemplo, citou o caso dos Auditores-Fiscais do Trabalho e dos Diplomatas. Os primeiros, até o momento, ainda estão sem projeto de lei de reajuste; os segundos, sequer tiveram acordo firmado com o governo.

Augusto Chiba enfatizou a importância do diálogo entre governo e entidades de classe nas pautas prioritárias do funcionalismo. Ele garantiu que a SEGRT concluirá em breve os estudos sobre negociação coletiva, a partir dos quais será definida uma agenda de trabalho com o Fonacate, com o objetivo de elaborar proposta conjunta de regulamentação das negociações no Serviço Público. Prometeu, ainda, celeridade no tocante à questão de liberação de dirigentes



classistas, em especial quanto à manutenção de dirigentes na folha de pagamento.

De autoria do senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), o Projeto de Lei PL 3831/2015 que estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias



Carreiras de Estado

Até o começo de 2017, o Fonacate irá apresentar ao Planejamento um anteprojeto específico para definição das atividades exclusivas de Estado, elaborado em parceria com especialistas em direito administrativo e constitucional.

e nas fundações públicas dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) em regime de prioridade.

ARTICULAÇÃO PARLAMENTAR

O Fórum recorreu ao deputado federal Betinho Gomes (PSDB-PE), relator do PL 3831/2015 na CCJC, para manifestar interesse pela rápida tramitação da matéria. Desde o primeiro encontro, no dia 29 de novembro, o parlamentar demonstrou disposição em trabalhar em conjunto para que o projeto seja aprovado ainda no primeiro semestre de 2017.

“Vamos tentar agilizar ao máximo o nosso trabalho, mas não podemos controlar o envio de emendas”, garantiu o deputado Betinho. No dia 14 de dezembro, Betinho apresentou requerimento REQ 5709/2016 pedindo a tramitação em separado dos projetos de lei 3831/2015 e 4497/2001.

Em nova reunião realizada no dia

7 de dezembro, Betinho garantiu que concluiria o relatório do projeto antes do dia 15 de dezembro, início do recesso parlamentar, e assim o fez. O Fórum colaborou com o envio de nota técnica que será pensada à versão final do relatório.

Embora identifique algumas lacunas no texto – como a ausência de um prazo específico para que ocorra as negociações –, para Marques, o projeto empodera os sindicatos. “O texto indica a necessidade de participação das entidades de classe na mediação de conflitos, e também na negociação salarial. Isso é ótimo, pois reconhece a importância do papel do sindicato”, pontuou. Atualmente as entidades de classe não dispõem de regulamentação alguma para tratar do pleito dos servidores com o governo.

O Fórum também se reuniu com o líder do governo na Câmara, deputado federal André Moura (PSC-SE), no dia 24 de novembro, para pedir a rápida tramitação do projeto na Câmara dos Deputados. ●



No dia 29 de novembro, o relator do PL 3831/15 na CCJC, deputado federal Betinho Gomes (PSDB-PE), demonstrou disposição em trabalhar pela aprovação do projeto no primeiro semestre de 2017. Saiba mais em <https://goo.gl/gwJBv4>



O deputado federal André Moura (PSC-CE), no dia 24 de novembro, ficou de conversar com os relatores do PL 3831/15 na CTASP e na CCJC e depois agendar um novo contato com o Fonacate. Saiba mais em <https://goo.gl/fuDyZ8>



Fonacate aponta fortalecimento das carreiras como solução para estancar desvios

Segundo o presidente do Fórum, cerca de R\$ 100 bilhões de reais são desviados todo ano no Brasil por meio de práticas ilícitas

Seminário realizado no dia 9 de novembro no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados debateu propostas e caminhos para o funcionalismo público brasileiro diante do atual cenário de crise. Uma iniciativa da Comissão de Trabalho, Adminis-

tração e Serviço Público (CTASP) e do Fórum das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), o evento lotou o auditório Nereu Ramos. Augusto Akira Chiba, secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do Serviço Público, representou o ministro do Planejam-

to, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Henrique de Oliveira, no evento.

Rudinei Marques, presidente do Fonacate e do Unacon Sindical, comentou a crise nacional, que abrange aspectos sociais, morais, políticos e econômico-fiscais, mas alertou que o governo não vai superá-la com redução de investimentos sociais e com ataques ao funcionalismo público. “Os servidores não devem ser vistos como um peso para o país, mas como parceiros, como aliados na busca de soluções para a crise que o país atravessa”, afirmou.

Segundo o presidente do Fonacate, cerca de R\$ 100 bilhões de reais são desviados todo ano no Brasil por meio de práticas ilícitas. Para “estancar essa sangria”, sustentou o presidente, é preciso fortalecer as carreiras de fiscalização, investigação, regulação e controle.

“Temos que garantir que as carreiras de Estado sejam fortalecidas e empoderadas, com garantias para exercer a pleno suas atribuições, ou, definitivamente, perderemos a luta contra a corrupção”, disse Marques, cobrando do Ministério do Planejamento a regulamentação do artigo 247 da Constituição Federal, para definir as atividades exclusivas de Estado. ●

Horário Especial

Sancionada lei que prevê jornada reduzida para servidores que têm familiares com deficiência

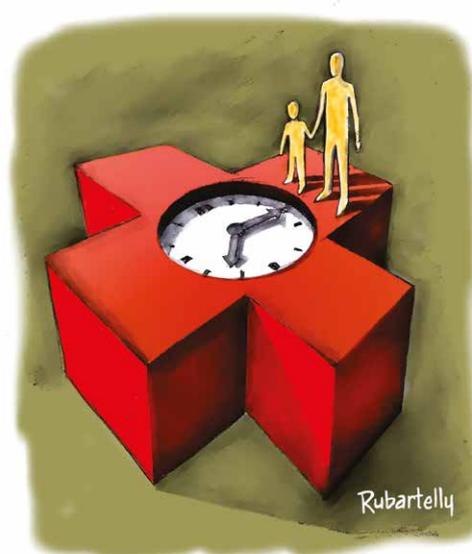
Com a mudança, servidor tem direito a horário especial para acompanhar dependentes em atividades ligadas à saúde, sem a necessidade de compensar horário

Foi sancionada no dia 12 de dezembro, a Lei 13370/2016, que garante jornada de trabalho reduzida para servidores públicos federais que precisam acompanhar filhos, cônjuges ou dependentes com qualquer tipo de deficiência, em atividades ligadas à saúde. Publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 13, a lei altera o 3º parágrafo do artigo 98 da Lei 8112/1990 para revogar a exigência de compensação do horário especial nestes casos.

A medida é vista com bons olhos pelo Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Manoel

Messias. “Meu filho, por exemplo, faz acompanhamento médico no hospital Sarah. Muitas vezes eu preciso largar o trabalho para acompanhá-lo nas consultas. Então, essa nova regra chega em boa hora”. Ele afirma que irá formalizar o processo, com a apresentação dos laudos médicos necessários, para usufruir do direito.

O texto-base da lei é de autoria do senador Romário (PSB-RJ). Aprovado no Senado e na Câmara, por onde tramitou como PLS 68/2015 e PL 3330/2015, respectivamente, o projeto foi encaminhado à sanção presidencial no dia 1º de dezembro. ●





Senado aprova projetos para barrar pagamento de **verbas remuneratórias acima do teto**

PLS 449/2016, PLS 450/2016 e PLS 451/2016 foram aprovados em sessão extraordinária do Plenário do Senado Federal

Em sessão extraordinária realizada no dia 13 de dezembro, o Plenário do Senado Federal aprovou três projetos para barrar pagamento de verbas remuneratórias acima do teto. Apresentados pela Comissão Especial do Teto Remuneratório (CTETO) uma semana antes, os Projetos de Lei do Senado PLS 449/2016, PLS 450/2016 e PLS 451/2016 seguem para análise do plenário da Câmara dos Deputados.

No dia 22 de novembro, a Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unacon Sindical esteve com a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), relatora da comissão. Além de declarar apoio ao trabalho da CTETO, Rudinei Marques, na condição de presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), solicitou audiência pública para tratar do tema.

O pedido foi atendido e no dia 6 de dezembro o discurso pela necessidade de acabar com as brechas que permitem o pagamento acima do teto foi defendido por senadores como Reguffe (sem partido-DF), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e José Pimentel (PT-CE).

Para Marques, os servidores públicos devem se solidarizar com a atual situação econômico-fiscal do país e entender que o teto é uma medida moralizadora diante dessa conjuntura. "Existem 19 milhões de brasileiros vivendo hoje com cerca de R\$ 200 por mês. Mais de 12 milhões de desempregados. Ou nós temos solidariedade com os demais cidadãos ou será cada um por si", analisou o presidente do Fonacate e do Unacon Sindical.

"Fiz uma pesquisa, há dois anos, via LAI (Lei de Acesso à Informação), que demonstrou que estávamos gastando mais de R\$ 600 milhões por ano na Administração Pública com servidores públicos requisitados, que não são submetidos ao teto remuneratório quando oriundos de estatais não dependentes. Precisamos que a lei coíba esses abusos dando, assim, respostas concretas à sociedade", disse. O chamado aos legisladores foi contemplado no parecer de Kátia Abreu. Em obediência ao texto constitucional, o relatório determina que os rendimentos recebidos não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, no valor de R\$ 33,7 mil. ●

Saiba mais sobre cada um dos projetos da CTETO aprovados pelo Plenário do Senado.

PLS 449/2016 - regulamenta o limite remuneratório no âmbito da administração direta e indireta dos entes da federação, a aplicação do limite remuneratório de agentes públicos, aposentados e pensionistas, de que tratam o inciso XI e os §§ 9º e 11 do art. 37 da Constituição Federal.

PLS 450/2016 - altera a Lei de Acesso à informação para obrigar a divulgação das remunerações pagas aos agentes públicos, seguindo o formato do Ministério Público Federal com dados abertos manipuláveis e detalhados dos nomes dos agentes públicos, CPFs, valores de salários, férias, décimo terceiro e auxílios.

PLS 451/2016 - Torna crime de improbidade autorizar o pagamento de verbas remuneratórias acima do teto além de obrigar o servidor a devolver os recursos recebidos.



CGU lança programa de acompanhamento institucional para aposentadoria

Desenvolvida em parceria com a UnB, iniciativa integra projeto "De Bem com a Vida" e tem o apoio do Unacon Sindical

A Controladoria-Geral da União (CGU) lançou, no dia 5 de dezembro, o programa de acompanhamento institucional para aposentadoria "Reinvente". Desenvolvida em parceria com Universidade de Brasília (UnB), a iniciativa integra o programa "De Bem com

a Vida" e tem o apoio do Unacon Sindical. O lançamento contou com a palestra "Processo de mudança e aposentadoria", ministrada pela professora e doutora em Psicologia Social e do Trabalho da UnB, Sheila Murta.

"A aposentadoria não é um evento

homogêneo. O índice de satisfação com a vida pode melhorar, piorar ou manter-se estável. Isso vai depender de fatores como saúde e condição financeira, por exemplo", afirmou a especialista.

Durante a palestra, servidores aposentados foram convidados para compartilhar experiências com o público.

"Depois de enfrentar alguns problemas, resolvi buscar algo que me trouxesse satisfação pessoal. Foi quando o Unacon Sindical lançou o Concurso Nacional de Contos. A princípio eu não queria me inscrever, mas, com o incentivo de amigos, acabei escrevendo o conto e fiquei em primeiro lugar. Me emocionei quando recebi o livro em casa e li a crítica literária. Isso me incentivou a voltar a estudar, hoje estou no quinto semestre do curso de letras e participo de eventos literários", contou a aposentada Dalvina Macedo.

A implementação do programa "Reinvente" será concluída em 2017. O objetivo é proporcionar aos servidores ações que permitam o planejamento do ciclo da aposentadoria de maneira saudável, a partir de estratégias de enfrentamento e de oportunidades de desenvolvimento pessoal. ●

Unacon Itinerante

Projeto Unacon Itinerante visita oito estados

Iniciativa tem por objetivo ampliar a participação dos servidores lotados nos estados nos debates sobre as pautas de interesse carreira de Finanças e Controle

O projeto Unacon Itinerante visitou oito regionais entre 18 de novembro e 16 de dezembro. A iniciativa tem como objetivo ampliar a participação dos servidores lotados nos estados nos debates sobre as principais pautas da carreira de Finanças e Controle. Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo foram os estados que encerraram o cronograma de 2016. Rudinei Marques, Daniel Lara e Filipe Leão

representaram a Diretoria Executiva Nacional (DEN) nas visitas.

"Tanto na reforma administrativa do governo Dilma, quanto na do Temer, a CGU foi objeto de investidas. Felizmente, após muita mobilização, divulgação em mídia e articulação entre todos os envolvidos conseguimos sobreviver as ameaças. A carreira está de parabéns", afirmou Leão ao fazer um balanço das mobilizações de 2016.

A luta pela modernização do cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC) também esteve em pauta. Leão lembrou que a exigência de Nível Superior (NS) para ingresso no cargo foi uma das principais bandeiras de luta da Campanha Salarial 2015 e que, inclusive, chegou a ser contemplada no acordo assinado pela carreira. "Com o veto, estamos recomeçando o diálogo com as instâncias governamentais a partir da última etapa, isto é, do acordo

assinado entre Planejamento e Sindicato, após o aval da Fazenda e da CGU sobre a questão", informou o diretor.

Ainda durante as visitas, a DEN apresentou o Plano Anual de Atividades (PAA) de 2017, aprovado pelo Conselho de Delegados Sindicais (CDS), em novembro (confira nas páginas 6 e 7).

Além das demandas exclusivas, os servidores debateram medidas que afetam a todos os trabalhadores brasileiros, como é caso das Proposta de Emenda à Constituição PEC 55/2016 e PEC 287/2016, que versam sobre o novo Regime Fiscal e a reforma da Previdência, respectivamente.

Para o próximo ano, os dirigentes anteciparam que o Sindicato já estuda a adoção de novos mecanismos de interação para ampliar ainda mais a participação dos servidores nos debates de interesse da carreira.



Festa de fim de ano do DF foi inspirada em Van Gogh

Evento foi realizado no dia 26 de novembro, no espaço Unique Palace. A animação ficou por conta da Banda Suprema

As fotos da festa de confraternização do Distrito Federal (DF) já estão disponíveis no Flickr do Unacon Sindical. Realizado no dia 26 de novembro, o evento reuniu cerca de 1,3 mil pessoas no Unique Palace, em Brasília. Nesta edição, a inspiração veio da obra do renomado pintor holandês, Vincent Van Gogh. A decoração remontou o quadro "Noite Estrelada" no teto do espaço, com utilização de luzes, e trouxe o colorido dos girassóis, que inspiraram uma das mais famosas séries do pintor, para as mesas dos convidados. A animação ficou por conta da Banda Suprema. O evento também contou com a presença do artista plástico Rodrigo Nardotto, autor da série "Brasil Van Goguiano". As obras da série compuseram a decoração do hall de entrada e coloriram os telões do evento. "Preparo essa festa com muito carinho porque sei que para muitos de nossos associados é um momento esperado", declarou Márcia Uchôa, vice-presidente do Sindicato.

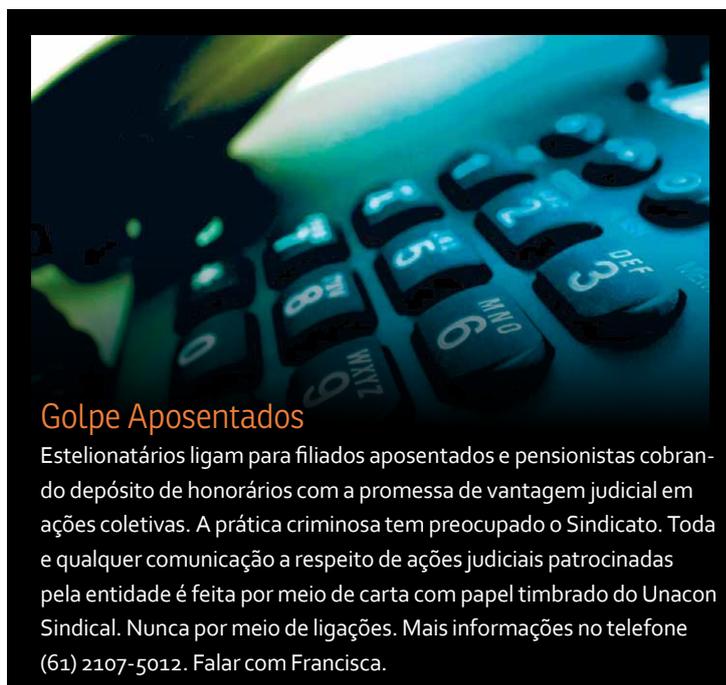


As fotos da confraternização já estão disponíveis no Flickr. Acesse no QR-Code ao lado



Serviços Jurídicos

Filiados ao Unacon Sindical também contam com assessoria jurídica nas áreas de Direito Civil, Direito Administrativo, Direito do Consumidor, Direito do Trabalho e Direito Previdenciário. Pós-graduados em Direito Civil e Processo Civil, os advogados Marcos Gouvêa e João Bilheiros atendem em horário comercial na sede do Sindicato. A consulta deve ser previamente agendada por email ou telefone. e-mail: nucleojuridico@unacon.org.br • Fone: (61) 2107-5012.



Golpe Aposentados

Estelionatários ligam para filiados aposentados e pensionistas cobrando depósito de honorários com a promessa de vantagem judicial em ações coletivas. A prática criminosa tem preocupado o Sindicato. Toda e qualquer comunicação a respeito de ações judiciais patrocinadas pela entidade é feita por meio de carta com papel timbrado do Unacon Sindical. Nunca por meio de ligações. Mais informações no telefone (61) 2107-5012. Falar com Francisca.

Faça sua voz
chegar
mais longe.

Seja um filiado

Um sindicato forte depende da sua participação e isso se reverte em maior poder de atuação e força na defesa da carreira de Finanças e Controle. Faça parte dessa luta!

UNACON
Sindical

A white graphic element consisting of a thick, curved line that starts under the 'S' of 'Sindical' and sweeps upwards and to the right, ending under the 'N' of 'UNACON'.

SINDICATO NACIONAL DOS
AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS
DE FINANÇAS E CONTROLE

www.unacon.org.br